

GABINETE DO VEREADOR ALLAN CAMPELO

02ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 301/2025 de Autoria do Vereador Eurico Tavares que “**INSTITUI** a Semana Municipal de Atenção sobre a Realidade das Pessoas em Situação de Rua, no Município de Manaus, e dá outras providências”.

PARECER

O presente parecer refere-se ao **Projeto de Lei nº 301/2025**, de autoria do **Vereador Eurico Tavares**, que cria o Cadastro Municipal de Agressores de Mulheres no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências.

Em relação à análise desta comissão, conforme disposto no artigo 38, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus, verifica-se que a proposição está em conformidade com as disposições legais e constitucionais vigentes, não havendo qualquer impedimento jurídico ou constitucional que comprometa a sua regular tramitação.

A iniciativa encontra amparo no artigo 58 da Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN), que estabelece a competência para a propositura de leis complementares e ordinárias, conferindo tal prerrogativa a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, Prefeito Municipal ou à iniciativa popular, conforme transcrição abaixo:

Art. 58. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

Ademais, o projeto trata de matéria de interesse local, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e do artigo 8º, inciso I, da LOMAN:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Art. 8º. Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



No mais, a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Manaus ateve-se ao disposto no caput do art. 3º do referido projeto, que prevê a faculdade do Poder Público Municipal, cujo teor se transcreve abaixo:

*Art. 3º Durante a Semana Municipal de Conscientização sobre a Realidade das Pessoas em Situação de Rua, o Poder Público Municipal **poderá** promover, em articulação com entidades da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e órgãos públicos, as seguintes ações:*

Portanto, não se vislumbra óbice à tramitação regular do Projeto de Lei nº 301/2025, **somos FAVORÁVEIS** ao prosseguimento desta matéria.

É o nosso parecer.

Manaus, 12 de outubro de 2025.



Vereador Allan Campelo
Relator do PL nº 301/2025

